



Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado da Saúde
Conselho Estadual de Saúde

ATA DA LXXVII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOIS MIL E VINTE QUATRO CONSELHO ESTADUAL SAÚDE

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro às oito horas na sede do Conselho, na Avenida Eliezer Levy setecentos sessenta e oito, o Colegiado reuniu para apreciar as seguintes pautas: **1.**Esclarecimento sobre falta de pagamento dos servidores do **IBGH/SESA**. **2.**Esclarecimento sobre o Código de Ética e a Comissão de Conduta e Ética do Conselho. **3.**Apresentação e Deliberação do Regimento Interno da Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço. **4.**Indicação de Pauta pelos Conselheiros. A Secretária da Mesa **Lucia Silva**, fez a chamada a se verificou **ausência de quórum**. O Presidente **Otávio** saudou o Pleno e declarou que em decorrência da falta de quórum, a reunião poderá seguir a pauta apenas em caráter **informativa e consultiva**; e, pediu **consenso** ao Pleno que a reunião ocorresse de forma **não deliberativa**. O Conselheiro **Nazareno Lima** deu informe que a Etapa Municipal da **5ªCNSTT**, que será de primeiro de março a trinta de novembro dois mil e vinte e quatro; falou da alteração na data Etapa Municipal e que será decidido número da delegação de cada município, o Conselho Nacional disponibilizou o Regimento e o Documento Orientador da **4ªCNGTES**. falou da agenda de ação da **COFINS** por Região; no Norte será em março, pode ser que poderá ser visto no site A Conselheira **Kacau** falou de uma denúncia de Calçoene e precisa do Conselho de Medicina para apurar. Presidente **Otávio** informou que o Conselho declinou participar do Carnaval por falta de empenho e adesão das Comissões; agradeceu apoio do Secretário Paulo. O Presidente **Otávio** trouxe a pauta referente ao **IIBGH**. O Diretor do **IBGH** **Geraldo** disse que sua equipe está a disposição para esclarecer duvida sobre ações da Empresa; pediu desculpas pela ausência na reunião anterior por não ter sido convidado; que desinformação faz a empresa ser questionada falta de pagamento, mas todos salários estão em dia; disse não ter como falar de terceirizadas; só pode falar de ação diretamente ligada ao **IBGH**; que está em tratativa um serviço prestado na gestão passada; governo não reconhece a dívida, pois falta contrato de serviço prestado em maio. O Presidente **Otávio** disse que foram enviados convites à empresa por todos meios eletrônicos. A Conselheira **Ruany** disse que esta pauta não se trata de pagamento dessa gestão, ela deve tratar de atraso de salários de médicos, fisioterapeutas; e outras categorias que se arrastam desde outubro. O Conselheiro **Idelfonso** disse que o clamor dos trabalhadores vem do atraso de seus salários; o **IBGH** quarterizou parte da gestão, portanto sabe quem são as empresas, uma delas é a Alvarenga, nas redes sócias têm muito pedido de socorro; a **SESA** não reconhece a divida por falta de contrato, a empresa tem um fundo de caixa para ocasião como essa; então que o assinto seja resolvido pela **SESA**; quando o **IBGH** afirmar que fez pagamento, que a **SESA** insira prova no Portal. O Diretor **Geraldo** arguiu que terceirizar atividade das empresas está na Lei, disse não conhecer atraso de seis meses, que com o repasse, todos os colaboradores vão receber hoje. Conselheira **Ruany** disse que o CRM deveria estar aqui, pra falar sobre o atraso do salário dos médicos; e, como usuária se solidariza com a luta desses profissionais por seus direitos; como contratar uma empresa e não responder pelos seus atos; que essa empresa repasse comprovante e extrato de pagamento.ao honrar os contratos; as **OSS** devem ter um caixa; disse que foi impedida ao entrar no anexo do HE para fiscalizar, e na próxima vez que for barrada vai chamar polícia. O Diretor **Geraldo** disse que não soube desse impedimento; mas há momento na enfermaria onde procedimentos de atenção ao paciente, não permite pessoa de fora da equipe entrar; falou de contrato de serviços e de pessoal em momento de emergência pública, onde não se exige contrato. O Conselheiro **Aureliano** disse que ficou surpreso com a afirmação de que não há atraso de salários; e, que é necessário um manual de como fazer denúncia, onde o processo exija provas, inclusive anônima, junto à Comissão de Legislação ou



Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado da Saúde
Conselho Estadual de Saúde

por meio de ofícios. A Conselheira **Ruany** disse já ter sugerido a criação da Comissão de Contratos e Convênios, vez que a **CIOF** tem atribuição específica; e disse que pode se retirar da Comissão de Comunicação para integrar à formação dessa nova Comissão. Diretor **Gustavo** disse que, apenas está em atraso salário de dezembro, e está sendo pago hoje, por erro da folha de ponto da empresa, ocorreu certo transtorno; há um saldo anterior de setenta milhões que não foi pago; pois o governo atual não reconhece a dívida; disse que vem reunindo com o sindicato e a **SESA** para ver pontualmente, o que está em atraso. O Conselheiro **Nazareno Lima** disse ser cem por cento **SUS**, por isso não quer privatização do **SUS**; fica triste ouvir doutores de que o IBGH não tem fins lucrativo, e nem um fundo de caixa; quem contrata outra empresa responde por ela; na Covid era dispensado o Contrato, mas como saber se o serviço foi feito; ordem de serviço não resolve. O Conselheiro **Jim Davis** falou que a Alvarenga pode obter lucro pra investir no aperfeiçoamento e não em dividendo; e pediu respeito ao princípio da legalidade; mas tem resposta do IBGH que está correta em sua posição; a empresa não repassa aos fisioterapeutas o FGTS; antes só se privatizava atividade meio, vigilância, limpeza, não em atividade fins da saúde; assim se encerra o diálogo e o embate vai ser jurídico. O Diretor **Geraldo** disse entender que tem um número total, mas que houve redução de atendidos na fisioterapia e não por leito; sugere reunião com o Sindicato pra ver esse formato, e raciocínio; para esse consenso, ver pleito dos fisioterapeutas e saber quem já recebeu ou não. O Conselheiro **Jim Davis** disse que tal atitude fere a legislação; que o dimensionamento foi baseado na lei e a empresa não pode restringir atendimento e nem interferir em condutas profissional. Conselheiro **Flexa** disse que o trabalhador não pode atender bem o paciente sem salário em dia, que ele ganhe pelo que faz; a empresa precisa do repasse para garantir serviço de qualidade; que ela reúna com os trabalhadores e solucione a situação. O Diretor **Geraldo** esclareceu que as OSS pelo regime que são constituídas não têm fins lucrativos, é lei; nenhum diretor da empresa recebe antes dos demais colaboradores; na forma como funciona, a UPA atende muito mais do que foi contratado. A Conselheira **Clara Passos** disse que tem sido bem atendida na UPA e que em comparativo ao HE, onde já foi maltratada e não foi bem atendida. A Conselheira **Ruany** disse ser estranho a **OSS** receberem muito pouco pra gerir Unidade de alto custo; que não usa seu etatus de Conselheira para ter benefícios próprios. O Presidente **Otávio** disse que não se pode privilegiar atenção individual, por influência; mas por um protocolo que garanta ao coletivo, cesso universal; a contratante responde por atos da contratada; há muita queixa à Alvarenga, não de usuários, mas por atraso de salário; que seja fiscalizado o repasse; o Conselho está aberto a escuta de denúncias. O Diretor **Geraldo** disse que as fake News dominam a informação, mas está empenhado em resolver o que a OSS tem que fazer, pagar o funcionário; quando não paga é porque não recebeu; o IBGH, tem contrato a regulação, tem regras. Conselheira **Kacau** falou do sentido que embasa a denúncia, seja de caráter sigiloso ou aberto; disse defender o resguardo e direito ao sigilo, caso denunciante não queira revelar sua face para não sofrer represália, seja trabalhador da saúde ou usuário. O Jurídico **Marmalde** disse que o IBGH reconhece sua responsabilidade; o Ministério Público já determinou o não pagamento com base em ordem de serviço; assim já não pode mais ficar no embate de jogo de quem responde. Conselheiro **Nazareno Lima** falou do sigilo da denúncia onde o nome de quem denuncia seja preservado; que o conselho aprove a política e fiscalize se todos estão sendo atendidos, não só o mais influente. O Conselheiro **Idelfonso** disse que não se deve tratar a particularidade na atenção hospitalar; e disse que não vai ser a última vez que este assunto vai chegar aqui; a lei federal diz que esses contratos devem ser tratados com minúcias, o pano de fundo é a quarteirização. Conselheiro **Paulo Dias** disse que ao chegar à **SESA** havia **UEI** e o





Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado da Saúde
Conselho Estadual de Saúde

anexo do **HE**; **UPA** não funcionava; disse que quando se inicia de projeto não se descarta tudo, e ao término, deve ter outra coisa no lugar; tinha UEI com Ordem de Serviço, sem Contrato; hoje termina o Contrato Emergencial e inicia o exercício da Fundação; com dificuldade, pois começa agora; vai ter estudo diário; não está se negando pagamento, tanto que está na PROG, e o acerto deve ocorrer via justiça, pois o cálculo da SESA diverge do valor do IBGH, e ainda não há decisão; o acordo entre o sindicato e a empresa, parece não estar sendo levado a sério, como, férias, salário, FGTS; os demitidos pela empresa por reclamar, vão ser efetivados na Fundação; sindicato e o Conselho, devem tratar do piso e outros. O Presidente **Otávio** trouxe a pauta do debate sobre o Código de Ética. O Jurídico **Maramalde** arguiu que o Código de Ética traz previsão de Comissão de Ética e Conduta, e define a paridade diferente da Comissão Intersetorial de Legislação e Ética; é composta não por entidade, mais por Conselheiros, sendo quatro titulares e quatro suplentes, portanto não se confunde uma Comissão com a outra; é uma Comissão processante e não Intersetorial; deve-se entender que qualquer conselheira e conselheiro pode participar e fazer o regramento da eleição da composição, O Conselheiro **Nazareno Lima** questionou se quem estiver em uma Comissão pode participar de outra. A Conselheira **Ruany** perguntou significa do termo Intersetorial; quanto as Comissões, o papel de uma será conduzir aspecto da legalidade; a outra, disciplina e conduta de conselheiros, é uma Comissão processante. O relator **Jorge Penha** explicou que o termo **intersetorial** refere-se a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas **não ligadas** ao âmbito do SUS. O jurídico **Maramalde** disse que ambas as Comissões processam suas atividades emitindo pareceres e remetendo à Deliberação do Colegiado. O Conselheiro **Idelfonso** disse que a Comissão Código de Ética é um regramento voltado ao decoro e conduta dos conselheiros e das Conselheiras dentro do colegiado; que vai atuar na avaliação de condutas a partir de sua instalação. O Conselheiro **Nazareno Barreto** sugeriu que esta Comissão se instale com conselheiro e conselheira que não estejam em outra Comissão; falou da importância do curso sobre o papel do controle social e do conselheiro; disse que quando alguém não fala no Pleno talvez seja por falta de conhecimento de seu papel no Controle Social. O **Presidente** disse que está aguardando que a Comissão de Educação Permanente reúna as Comissões para organizar o processo de oficinas de formação. O Conselheiro **Idelfonso** disse não ser necessário esperar pelas Comissões, vez que a Comissão de Educação Permanente tem a prerrogativa para tocar o Projeto. A Conselheira **Clara Passos** falou das atividades mais urgentes e solicita que cada Comissão faça sua parte; falou do “*Capacita Mais* em Laranjal e Tarturugalzinho; mostrou os email aos quais foram feito contatos às Comissões. A Conselheira **Ruany Soares** disse que antes a queixa era que faltava efetivar as Comissões para poder agir, disse que as Comissões da Mulher e a da Criança não foram à Maternidade, no caso da remoção das crianças, porque foram orientadas a não ir; tem Comissões com pouca atuação; torna-se urgente qualificar todo o colegiado e membros das Comissões; que seja criada a Comissão de Contratos e Convênios, pois a CIOF já tem muitas funções. A Conselheira **Kacau** disse estar clara a diferença entre a Comissão Intersetorial de Legislação e Ética e a Comissão que vai servir de parâmetro para saber quem já agiu e ainda age de forma incoerente; que não é capacitação que vai educar quem tem o hábito desrespeitar conselheiros e conselheiras. A Defensora **Elena Rocha** arguiu que tem lei específica que assegura que a penalização não pode retroagir e que serve para caso específico; a Comissão elabora a regre e envia ao Conselho para deliberar sua efetivação. O Presidente **Otávio** disse que parte do que foi falado aqui vai ser pautas na próxima reunião para que não fique nada esquecido. O jurídico **Maramalde** disse que esta Comissão não está no escopo do Regimento;



**Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado da Saúde
Conselho Estadual de Saúde**

não é Intersectorial, ela terá de se adequar ao Regimento e a lei do Conselho; quem já faz parte de uma Comissão não pode participar de uma outra Comissão. Nada mais a tratar o Presidente **Otávio** agradeceu aos presentes e às doze horas encerrou a Reunião. Assinaturas estão no Livro de Presença. Ata redigida por Jorge Moraes Penha, vai assinada pelas Conselheiras e Conselheiros presentes. Edson Azevedo dos Anjos-SINTRAF, José Nazareno Lima Tavares-COT.]Francinaldo Flexa da Costa-STIUAP, Emanuel Santana Rodrigues-AOAP, Idelfonso Silva-FECAP, Lucia Nilda Mendonça da Silva-GHATA, Clara Maria Silva dos Passos e Maria Hermínia Saraiva da Silva-SINDSEP, Rivanda de Nazaré Lina dos Santos-IMENA, Ruany Camila Soares da Silva-APTFD, Paulo Roberto Dias-SESA. **Aureliano Coelho Pires- HEMOAP**, Nazareno Ferreira Barreto-SINDPPEA, Claudia Dias da Silva-SINTASB, Otávio Eutíquio Vasconcelos Pinheiro da Silva-SINFAR, Jim Davis Rocha de Almeida-SINFITO. **Secretaria Executiva: Carlos Augusto da Silva Pereira** Jorge Moraes Penha, Joyce Cristina Monteiro Rodrigues. Dicley Brito Furtado e Ana Julia da Silva Gomes. **Assessoria Jurídica:** Amerson da Costa Maramalde. **Convidados: Elena de Almeida Rocha, Geraldo, Helena Borges, Gustavo Stanislau Bispo. Omar Cristino de Araújo Lobato. Elaine Cristina Rego Costa Maria Raimunda dos Santos** Kauê de Sousa Gonçalves. Jorlayna Braga Mendes,

ATA DA LXXVII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOIS MIL E VINTE QUATRO CONSELHO ESTADUAL SAÚDE

TCENTRO ACADÊMICO DE MEDICINA – CAMED

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DO ESTADO DO AMAPÁ – SINTRAF

ASSOCIAÇÃO DOS HEMOFÍLICOS DO ESTADO DO AMAPÁ – AHEAP

CLUBER OLEVIER DA TAEKWONDO – COT

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ – SINSEPEAP

INSTITUTO ECOVIDA

SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO AMAPÁ – STIUAP

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT

ASSOCIAÇÃO DOS OSTOMIZADOS DO AMAPÁ – AOAP

FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DO AMAPÁ – FECAP



**Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado da Saúde
Conselho Estadual de Saúde**

GRUPO DAS HOMOSSEXUAIS E THILDES DO AMAPÁ – GHATA

INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ – IMENA

ASSOCIAÇÃO AMAPAENSE DE APOIO AOS PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO – AAPTFD

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO AMAPÁ – SEMS/AP

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA AMAPÁ E NORTE DO PARÁ – DSEI

INSTITUTO DE HEMOTERAPIA DO AMAPÁ-HEMOAP

ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – CAPUCHINHOS

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – SVS

CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO AMAPÁ – COSEMS

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS CIVIS NO ESTADO DO AMAPÁ – SINDSEP/AP

SINDICATO DE ENFERMAGEM E TRABALHADORES DA SAÚDE DO AMAPÁ – SINDESAUDE

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO AMAPÁ – CRM

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO PACS E PSF DO ESTADO DO AMAPÁ – SINDPPEA

SINDICATO DOS TÉCNICOS E AUXILIARES EM SAÚDE BUCAL – SINTASB/AP





**Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado da Saúde
Conselho Estadual de Saúde**

SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO AMAPÁ – SINFAR

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA DO AMAPÁ – AMB-AP

SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO ESTADO – SINFITO-AP

